

O Proletário

N.º 35
Julho
2003.

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 0,50
(cinquenta centavos) para o custeio da publicação do jornal.

Os limites do voto

Polêmicas do Seminário do Comitê Nacional de Luta Direta

OS BANCOS E A CRIAÇÃO DE MOEDA ESCRITURAL

CARÊNCIA ALIMENTAR, UM PROBLEMA QUE PODE SER RESOLVIDO

APEOESP

MOVIMENTO DE MORADIA

ACONTECENDO NOS QUÍMICOS

PRIMEIRA GREVE

CRISE NA ELETRICIDADE

Desemprego nos Estados Unidos

A grande maioria dos trabalhadores brasileiros votou no PT/Lula, esperando melhoria nas condições de vida. O MST e os trabalhadores sem terra esperavam e esperam a reforma agrária, a nação inteira espera o desenvolvimento econômico, diminuição do desemprego, melhores salários e melhores condições de vida em geral.

O Marxismo nos ensina que a época das reformas no capitalismo, capaz de garantir as esperanças do povo brasileiro depositadas em Lula, em propiciar as reformas, transformaram-se em utopia e que os reformistas e eleitores alimentam a esperança da população em falsas perspectivas. Ainda alimentam na população uma ilusão de se resolver estes problemas crônicos nos marcos pacíficos e no regime capitalista decadente.

O episódio da audiência do governo Lula ao MST e o uso do boné dos sem-terra pelo presidente mostra toda a complicação, seriedade do assunto e a impotência de, mesmo um presidente eleito, mexer pacificamente nos interesses dos latifundiários e grandes empresários nacionais alinhados e entrelaçados com o imperialismo.

Durante o mês de maio o MST organizou várias ocupações, acampando em diversas regiões do país. Almejavam atingir os grandes latifúndios dos grandes grupos financeiros e multinacionais. Dando continuidade à Campanha Nacional contra o latifúndio, o objetivo desta jornada foi denunciar a existência de 30 milhões de hectares pertencentes às empresas estrangeiras no Brasil, enquanto 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais são sem terra e pressionar o Governo Lula para realizar a reforma agrária prometida.

O MST representa o Movimento mais avançado do Brasil, apesar da grande influência da igreja e do reformismo que o dirige. Este Movimento espera do governo Lula, assim como grande parte do povo brasileiro, as reformas prometidas. Alimentam a ilusão do rompimento com o imperialismo e na possibilidade em desenvolver a economia brasileira como: Reforma Agrária, construção de moradias, reformulação do sistema de saúde e educação, saneamento básico e retomada do transporte ferroviário. No Máximo, atribui estes feitos à participação popular.

Conforme os dados estatísticos brasileiros, mesmo na concentração de terras, grande parte dos latifúndios se encontra nas mãos das multinacionais. Na indústria e comércio 80% dos estabelecimentos são de capitais imperialistas. Em outras palavras, a economia brasileira — como na maioria dos países oprimidos — é constituída de capitais imperialistas (capitais estrangeiros). Esta economia é de caráter desigual e combinada (combina o alto desenvolvimento tecnológico e o atraso: as empresas agrícolas altamente desenvolvidas, as multinacionais robotizadas e o cultivo da terra em regiões de forma pré-capitalista).

A história, os acontecimentos, mesmo na América, mostra a impossibilidade de reformas como as pretendidas para o MST e esperança de nosso povo pela via “democrática”, conforme promete Lula. As reformas citadas em nossa época, do capital financeiro (fase imperialista), passou para o campo da revolução. O enfrentamento com o imperialismo só deve se dar com o povo em armas; caso contrário, estaremos alimentando as ilusões, o que não impedirá derramamento de

sangue, derrota e desmoralização dos movimentos e dos trabalhadores.

Vejam alguns dados da concentração de terras e a presença imperialista no campo brasileiro.

Apenas 1% dos 4,8 milhões de estabelecimentos controlam quase a metade de todas as terras legalizadas no Brasil. Ou seja, 40 mil grandes proprietários controlam mais de 400 milhões de hectares. E esta concentração vem aumentando. De 1966 a 1992, as propriedades com menos de cem hectares diminuíram em 15% enquanto que, no mesmo período, as propriedades com mais de mil hectares aumentaram 55%.

Segundo os levantamentos da ONU, o Brasil é o segundo país do mundo com maior concentração de propriedade de terra, só perde para o Paraguai. O índice Gini no Paraguai é de 0,880; no Brasil é de 0,856. Este índice mede estatisticamente o grau de concentração da propriedade da terra.

Dezoito grandes grupos industriais como a Votorantim, Belgo-Mineira e Mannesmann detêm quase 11 milhões de hectares, mas utilizam produtivamente menos de 2 milhões de hectares. Os 15 maiores grupos financeiros, entre os quais o Bradesco, Itaú, Real, Safra e Bozano Simonsen são donos de quase 5 milhões de hectares. E 13 grupos agropecuários como a Cotriguaçu, a Ingeco, Moraes Madeireira, Madeireira São João, Madeirex, Cebrin e outros dominam mais de seis milhões de hectares, dos quais utilizam menos de um milhão.

No total, esses 46 grupos são proprietários de 22 milhões de hectares, dos quais apenas 3,7 milhões são efetivamente ocupados. Além disso, dados do Incra/IBGE estimam que cerca de 30 milhões de hectares pertencem às empresas estrangeiras no país.

Venham para os cursinhos de Marxismo.

Se informem!

Só com consciência de classe (construção de um Partido Revolucionário), com a tomada das fábricas e terras das mãos da burguesia, passando-as para as mãos dos trabalhadores, teremos os problemas do campo, moradia, emprego, salário e condições de vidas resolvidos.

Escreva para o Jornal *O Proletário*

Caixa Postal n.º 140

CEP 09910-970

Diadema, São Paulo

Polêmicas do Seminário do Comitê Nacional de Luta Direta

Texto: “Notas para uma discussão sobre a Revolução Russa de 1917”

Por mais que o bolchevismo tenha criado as condições e os elementos do stalinismo, não evoluiu “pacificamente” para este: Stalin tornou-se senhor absoluto da Rússia sobre o cadáver do bolchevismo.

Mário Envandro
Fevereiro de 2000

Conclusões do estudo do texto acima citado:

O autor faz um bom relato dos acontecimentos, mas como nega uma análise materialista da história (análise Marxista), acaba concluindo com o nada para lugar nenhum. Vejamos:

Nosso iluminado autor, nega toda experiência histórica do Leninismo e do Trotskismo e como um profeta no caldeirão dos infernos, blasfema em nome dos princípios do Marxismo e da Comuna de Paris para dizer que: na análise da Revolução Russa não se deve levar em conta os fatores objetivos e subjetivos da revolução. E mais:

- Nega a força do atraso econômico da Rússia e por sua vez, o atraso no desenvolvimento (país de economia atrasada e predominantemente camponês);

- Nega o fator transcendental da construção do Partido Internacional (terceira Internacional, na época) com experiência e quadros internacionalistas à altura dos desdobramentos e das necessidades da Revolução.

- Nega o Internacionalismo Proletário como condição de prosperar a Ditadura do Proletariado. A Rússia isolada, cercada e invadida;

- Nega o ponto mais agudo da luta de classes representada pela consigna de Socialismo versus capitalismo;

- Ignora a traição de Stalin e a situação do campo;

- Não fala uma única palavra sobre o Socialismo em um só país e nem sobre a convivência pacífica com imperialismo

- Nega a união dos capitalistas mundiais contra a República dos Soviéticos. Também nega as consequências da traição dos Socialistas Sociais Democratas, pois afirma que os fatores subjetivos não devem ser levados a cabo em uma análise da Revolução Russa.

Não compreendeu até hoje o que é Ditadura do Proletariado e a relação que tem esta com o Partido Comunista. As pressões da luta de classes internacional, advindas do imperialismo, dos traidores do Socialismo (que falavam em nome deste), da defesa dos valores universais da democracia (ditadura do capital); a luta de classes em seu ponto mais agudo, transformada em guerra civil (prolongamento desta guerra civil, esgotamento, cansaço e recuo dos verdadeiros senhores da Ditadura do Proletariado); as pressões internas e externas contra a Socialização dos meios de produção, as necessidades das massas e da economia, a ausência de quadros internacionalistas capazes do auxílio teórico e prático em escala internacional e mesmo no interior da Rússia, tudo isto junto, deixa como saída o retrocesso reconhecido, das medidas de exceção e de capitalismo de estado, representada pelos limites da democracia operária e a NEP (nova política econômica).

A agudeza da luta de classes se fez presente de forma exterior e interior, nas intrigas imperialistas, representadas por diversos setores do próprio movimento operário e camponês, nacional e internacional.

O fenômeno do Stalinismo é inerente à luta de classes e se cristaliza nos anseios pequeno-burgueses e se desenvolve para uma política burguesa, reacionária, imperialista e mesmo fascista.

As superestruturas capitalistas desenvolvem a todo momento os germes stalinistas presentes na luta de classes. Este germe se reproduz como uma peste com a democracia. (democracia formal, negação da democracia operária).

Todo poder aos Soviéticos. Esta consigna coroa o estabelecimento da Ditadura do Proletariado. Por Soviéticos se compreende as massas oprimidas em luta, agrupadas, manifestando e impondo suas decisões contra os ditames da exploração e propriedade privada dos meios de produção. É a expressão centralizada do poder operário e camponês (operariado, assalariados em geral e a pequena burguesia oprimida, explora-

da que não explora trabalho alheio). Estes Sovietes se manifestam nas Assembléias. A luta de classes reserva momentos de extrema agudeza e situações revolucionárias, bem como com momentos pré-revolucionários e mesmo de refluxo do movimento.

Como se dá o exercício das tomadas de decisões Soviéticas com as massas cansadas e em refluxo? O papel do Partido Revolucionário, como síntese dos interesses históricos do proletariado, caminha diante destes acontecimentos. A burguesia não dá tréguas, não espera as massas se recomponem, pelo contrário, golpeiam mais e mais nestes períodos de aparente calma. Cabe ao partido (vanguarda do proletariado, quadros que não têm o direito de refluir, pois a consciência de classe é o motor) de seguir avante, insistindo, chamando, exercitando e esclarecendo as massas para que as decisões não se afastem dos seus objetivos e que assim o partido não se mude de lado. Este é o papel do Partido Revolucionário e só a este cabe o papel de Dirigente do processo Revolucionário, em estreita relação dialética com a classe. Quem não compreende o papel do Partido ou o nega, mesmo compreendendo, está negando o Marxismo Revolucionário e por conseqüência, e de fato, semeando pessimismo e eternizando o capitalismo decadente, agonizante que para respirar tem que matar, matar e matar (barbárie capitalista).

Texto do Espaço Socialista

DEPOIS DO ESTALINISMO – Capítulo III

A realidade do estado burocrático e a teoria da transição socialista

Conclusões tiradas da análise deste texto:

Em defesa da caracterização de estado burocrático aos estados do Leste e dirigidos por Estalinistas.
Essência :Falácia pequeno-burguesa

- Conclui que a burocracia não se transforma em classe social;
- Que esta burocracia explora a mais-valia;
- Que a estatização da economia e dos meios de produção não dá o direito da caracterização de estado operário;
- Que o pressuposto da exploração da mais valia a serviço da burocracia cria, assim como no capitalismo, a categoria do valor fictício da mercadoria; e
- Que após toda uma fundamentação, não considera como sendo uma discussão de princípios a caracterização de Estado Burocrático.

Existe algum Estado que não seja burocrático?

Na verdade, a grande proeza dos defensores dos textos apresentados para discussão no Comitê Nacional tenta fundamentar a grande teoria de negação do Partido Revolucionário e da Ditadura do Proletariado. Têm vergonha de assumir publicamente as posições Anarquistas e ficam em um meio termo, confabulando a democracia formal e a necessidade do novo (novas formas de organização, etc, etc).

Nega a Ditadura do Proletariado, nega o Internacionalismo proletário, confunde Socialismo com Comunismo e preço com valor.

Assim, podemos resumir os dois autores como sendo anarco-confusionistas

A situação do Comitê pode ser resumida na troca do estudo dos quatro primeiros congressos da 3ª Internacional pelos textos acima resumidos. Negar o estudo da experiência e elaboração coletiva em um período de efervescência operária e a experiência histórica.

OS BANCOS E A CRIAÇÃO DE MOEDA ESCRITURAL

A emissão de moeda sempre foi monopólio do Estado, mas os bancos, privados ou não, continuam tendo poder de criar moeda. Não podemos pensar em moeda apenas como sendo as moedas metálicas ou as cédulas emitidas pelo governo. Estas moedas e cédulas são designadas como sendo moeda manual, pelo seu caráter físico e palpável. Deve-se lembrar que sempre é usada a palavra moeda quando se fala de dinheiro e é daí que surgiram as expressões política monetária do tipo: controle monetário, etc.

A burguesia, os banqueiros e enfim, os capitalistas, necessitaram da criação de outros tipos de moeda, diferentes dos outros dois existentes, como a *moeda escritural*. Para falarmos deste outro tipo de moeda, primeiro vamos definir o que é moeda através de suas características básicas.

- **Primeira:** a moeda tem liquidez total, ou seja, ela é a própria liquidez. Liquidez é a capacidade apresentada por um determinado bem econômico de transformar seu valor em moeda. Todo valor se expressa em quantidades de moeda, mas nem por isso todo valor é moeda. Veja um exemplo clássico: se o meu fusca 79 vale R\$ 1500,00, nem por isto eu posso utilizar este valor para comprar outra coisa qualquer. Primeiro, é preciso vender o fusca e transformar seu valor em moeda ou em dinheiro. Ao vendê-lo, continuo sendo dono de R\$1500,00, pois este valor agora está sob a forma de moeda. Posso utilizá-lo para comprar qualquer coisa neste valor. Se foi fácil vender o fusca, digo que ele tem boa liquidez. Já um imóvel teria liquidez muito menor. Uma obra de arte teria liquidez ainda menor. Uma caderneta de poupança tem liquidez muito grande, pois posso ir ao caixa e retirar o dinheiro quando quiser. A liquidez máxima ou total é apresentada pela própria moeda, o que também é uma mercadoria, conforme visto anteriormente;
- **Segunda:** a moeda tem aceitação geral. Tendo liquidez absoluta, a moeda pode se transformar em qualquer bem econômico ou em qualquer mercadoria. Além disto, com o estabelecimento do monopólio estatal de emissão, as moedas metálicas e o papel-moeda lançado pelo governo passaram a ter curso forçado no interior de cada país. Curso forçado significa que todas pessoas são obrigadas a aceitá-los como meio de pagamento em qualquer transação; e
- **Terceira:** a moeda não possui rendimento por si só. É a velha expressão popular de que dinheiro não dá cria. Para que a moeda renda algo, é preciso transformá-la em outra coisa, como uma caderneta de poupança, ações de uma empresa, imóveis, etc.

Podemos nos perguntar se existe alguma outra forma de moeda, além da moeda manual, que apresente estas características básicas, ou seja, liquidez plena, aceitação geral e rentabilidade nula. E a resposta é sim, trata-se dos depósitos à vista, representados pelos cheques emitidos pelos depositantes.

Hoje em dia, pagar com cheque tem se tornado uma prática cada vez mais generalizada nos últimos anos. As transações de valor mais elevadas, praticamente só são utilizadas mediante cheques. Muitas vezes, pessoas e estabelecimentos comerciais não aceitam cheques, mais isto não se deve ao cheque, mas a dúvidas sobre sua autenticidade, origem, ou sobre a existência ou não de fundos. É como se alguém supusesse que uma cédula é falsa e a recusasse até se certificar do contrário. Excluída esta desconfiança, o cheque encontra aceitação geral e tem liquidez plena, podendo-se pagar qualquer coisa com ele. Os depósitos à vista não rendem nada, o que significa dizer que os depósitos à vista podem desempenhar as mesmas funções da moeda manual. Como não existem fisicamente, os depósitos à vista são chamados de moeda escritural, para distinguí-los da moeda manual. O depósito à vista é originado de uma quantidade de moeda manual que alguém deposita num banco. Já o depósito numa caderneta de poupança tem a mesma origem, mas não se pode pagar alguma compra com a caderneta. É preciso primeiro retirar o dinheiro, e só depois será possível pagar com as cédulas obtidas (moeda manual), ou então depositá-las em uma conta corrente, e pagar o que se quer adquirir com cheque (moeda escritural).

Na próxima edição falaremos sobre como os bancos criam moeda, ou seja, como os banqueiros lucram às custas do dinheiro dos trabalhadores.

A CARÊNCIA ALIMENTAR AFETA UM QUINTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Esta matéria é uma adaptação de um texto transcrito e publicado num livro de ciências. Não deixe de ler a conclusão.

Hoje, no mundo, somos mais de seis bilhões de pessoas e portanto, mais de um bilhão sofrem de doenças causadas por falta de alimentação. Muitas dessas pessoas morrem de fome ainda quando crianças.

De acordo com um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada cinco pessoas no mundo tem carência nutricional. A deficiência de nutrientes pode originar vários tipos de doenças: lesões cerebrais, retardamento do crescimento, cegueira e até mesmo a morte. Os alvos principais são mulheres e crianças.

A ausência de substância química como o iodo no solo, na água, no sal e nos alimentos, pode ser um fator determinante para o surgimento de deficiência mental. A carência desse nutriente pode ainda provocar retardo no crescimento, abortos espontâneos e a morte de bebês.

A anemia, por exemplo, é uma doença decorrente da falta de ferro no organismo e é provavelmente o problema nutricional mais comum no mundo, principalmente, nos países pobres e oprimidos. Cerca de um milhão de pessoas sofrem deste tipo de anemia. O fato é que se há ausência de ferro no organismo, o principal componente do sangue, a hemoglobina, reduz o transporte de oxigênio pelo sangue até as células, afetando as funções vitais do organismo. A anemia é a causa principal de uma em cada duas mortes de mães nos países pobres e oprimidos.

A falta de vitamina **A** na alimentação é provavelmente o pior tipo de carência alimentar, pois as consequências são trágicas. A chamada avitaminose **A** é uma das causas mais frequentes da cegueira em crianças de países pobres e oprimidos. Este tipo de cegueira é irreversível. Os dados da pesquisa demonstram que só na década de 80, mais de 2,5 milhões de crianças ficaram cegas.

A falta de tratamento é tão grande que, 60% das crianças afetadas pela cegueira corre o risco de morrer em poucos meses. Além disso, mais de seis milhões de crianças foram atingidas pela hemeralopia, uma doença ocular também causada pela carência de vitamina **A**. A OMS destaca ainda que cerca de meio milhão de crianças sofre de graves lesões oculares todos os anos.

É inadmissível que no mundo ainda morram pessoas, principalmente crianças, por não terem comida em suas mesas e outras tantas tenham tantos problemas de saúde por não se alimentarem adequadamente, ou seja, não ingerindo as substâncias necessárias para o funcionamento do organismo. Uma dieta equilibrada pressupõe ingerir açúcares, gorduras, proteínas, vitaminas e sais minerais. Se todas as pessoas pudessem ter uma alimentação completa, com certeza haveria menos doenças e o poder público gastaria menos em medicamentos, investindo mais em hospitais, postos de saúde preventiva e em mão-de-obra especializada como médicos, enfermeiras (os) e os do quadro de apoio, acabando com as filas e portanto causando menos transtorno à população carente.

Não podemos aceitar que governos como Lula/PT se utilize de demagogia para propagandear mentiras aos ouvidos do povo oprimido, dizendo que no Brasil a fome acabará em quatro anos. Para acabar com a fome é preciso dar emprego a todos os trabalhadores que estão desempregados tanto na indústria das grandes cidades como no campo. É lamentável, mas isto não vai acontecer, pois o poder de gerar a maioria dos empregos está nas mãos dos grandes industriais e latifundiários, o que estes não vão fazer. O governo Lula poderia gerar empregos construindo obras públicas, mas também não vai fazer porque a maior parte do dinheiro arrecadado pelo Estado vai para as mãos dos capitalistas estrangeiros. Os grandes empresários são os únicos responsáveis pela diminuição dos postos de trabalhos. O sistema capitalista está em crise profunda e a grande burguesia não consegue vender a superprodução porque para sobreviver a esta crise, demite e tira direitos, além de achatam os salários dos trabalhadores. Com trabalhadores desempregados e com salários baixos, estes ficam sem poder comprar/consumir parte da produção. Esta é a principal contradição do regime de exploração capitalista.

Somente a coletivização dos meios de produção resolverá o problema da fome no mundo. No campo, as grandes propriedades passarão das mãos dos burgueses latifundiários e exploradores para as mãos dos trabalhadores, que irão produzir a mil por hora e com a mesma tecnologia que hoje poucos usam, distribuindo assim, alimentos para todos e em contra partida acabando com a exploração do trabalho. Nas indústrias das grandes cidades os trabalhadores tomarão conta da produção, controle e distribuição para todos.

Os meios de produção somente passarão para as mãos dos trabalhadores, e com controle também dos trabalhadores, com a revolução proletária que terá que se dar em nível mundial. Para isso, é necessário que os trabalhadores se organizem com consciência de classe e construam um partido revolucionário também mundial (IV Internacional) para por fim a exploração da burguesia capitalista.

É só nesses moldes que construiremos uma sociedade sem classes sociais, sem explorados e exploradores. Todos os trabalhadores terão trabalho, salário que atenda todas as necessidades básicas, comidas a vontade, moradia digna, saúde, educação e lazer.

APEOESP E A LUTA DE CLASSES NO SEGUNDO SEMESTRE

Principalmente nos últimos meses a expressão “APEOESP é pra lutar” caiu por terra literalmente. Porque tal expressão deveria nos remeter ao enfrentamento com o governo e suas reformas burguesas/imperialistas, nos conduzir à luta pelas nossas reivindicações históricas: melhores condições de trabalho no interior das escolas, salários mais justos, além de um plano de carreira decente.

A categoria dos professores, ansiosa pelo atendimento dessas reivindicações, mais do que nunca, demonstrou disposição para lutar, de partir para a greve e de enfrentar os ataques do Governo Alckmin/Chalita. Mas não! Contra todas as nossas perspectivas de luta, a burocracia sindical – diga-se, a Diretoria da APEOESP – mais uma vez obstruiu os caminhos da luta. E essa burocracia miserável ainda faz demagogia para a categoria com as chamadas políticas de conciliação de classes, tais como caravanas, “pressão” parlamentar e por aí vai.

No último dia 16 de Junho foi a cartada final do Governo Alckmin: o Projeto de Lei nº 9, que institui cobrança de mais 5% sobre os vencimentos integrais do servidor público do Estado, foi aprovado debaixo de nossas barbas, por 61 votos a favor e 33 votos contra. Nesse mesmo dia realizamos uma assembleia da categoria, muito esvaziada por sinal (que na verdade foi antecipada; estava marcada para o dia 18), seguida de ato do funcionalismo público. A Assembleia Legislativa já estava cercada pela polícia militar para que se garantisse a votação do projeto. E assim foi feito. Aos professores restou amargar mais uma derrota. Já a direção do sindicato, ao invés de ter bolado uma estratégia para ocupar o Plenário onde se daria a votação, de modo **pelêgo e traidor**, aceitou a “imposição” de algumas poucas senhas fornecidas pelas bancadas dos partidos para entrar e simplesmente assistir à votação e a derrota da categoria (sim, simplesmente assistir, pois lá também estava a polícia...).

É importante ressaltar que qualquer perspectiva de luta ainda não está totalmente descartada, mas é preciso organizar a categoria, investir realmente na unidade de todos os trabalhadores em educação e do funcionalismo público, não por meio de aerogramas, caravanas ou pressão parlamentar, mas na perspectiva da construção da greve, porque este ainda é o principal e legítimo instrumento de conquista. A greve há que ser propagandeada no seio das massas e também nos meios de comunicação. A greve deve ser construída na greve, não através de calendários (uma assembleia marca a outra e só fica nisso) desmoralizando a própria luta.

No segundo semestre, a luta deve continuar, em defesa da escola pública, do emprego e por um salário que atenda às nossas necessidades básicas. Campanha salarial já! Escola pública de qualidade para todos!

Devemos nos preparar, pois os próximos passos do governo, dando continuidade às reformas, serão: “reformular” o nosso plano de carreira (Lei 836/97), ou seja, na verdade não é reformular, mas sim acabar com o nosso mísero plano de carreira, impondo mais e mais cortes; o Plano Estadual de Educação que, com pouquíssima discussão com a categoria e com a comunidade escolar, tentará mais uma vez impor as políticas/ e ou projetos educacionais sem oferecer as mínimas condições para implementá-los, além de não atender às necessidades dos professores e, muito menos dos alunos. Este plano virá para dar continuidade ao desmantelamento da escola pública e significando a continuidade das políticas de ajuste do FMI, Banco Mundial, etc que são nada mais que agentes do imperialismo, que é na verdade quem impõe todas essas reformas.

A luta deve continuar contra todas essas reformas do governo do estado, do governo federal e inclusive contra os burocratas do Sindicato. Nesse sentido, todos trabalhadores em educação juntamente com a comunidade escolar devem comparecer a assembleia **da categoria no dia 15 de agosto de 2003** para dizer claramente para a categoria e a burocracia que somente uma greve da categoria rumo a greve geral porá abaixo as reformas neoliberais.

A reunião de representantes de escola será no dia 07 de agosto de 2003. Compareçam! Sua presença é muito importante.

MOVIMENTO DE MORADIA

A falta de moradia é um grande problema para a maioria da população. Se a metade da população do planeta vive na pobreza, sem condições de ao menos comprar alimentos para a sua família e ainda por cima os governos (municipal, estadual e federal) só constroem moradia para quem ganha acima de cinco salários mínimos, ou seja, não existe por parte desses governos um programa habitacional que atenda os trabalhadores de baixa renda e até mesmo para os desempregados. A grande maioria dos trabalhadores que ganham abaixo desse valor, não são vistos pelos governos como pessoas que necessitam de condições básicas de sobrevivência.

Quando as lideranças do movimento e o próprio movimento vai até esses governos para reivindicar um teto para as famílias de baixa renda e desempregados, além de serem recebidos por assessores, estes vão logo alegando que o município/estado não tem dinheiro suficiente para construir casas/apartamentos e que o movimento pela moradia deve esperar mais um pouco. Neste caso, estão subestimando a inteligência, a capacidade de organização e o instinto de luta de classe dos trabalhadores.

Só do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é reservado 1% do montante para investimento em programas habitacionais. Pois bem, se pobres e ricos consomem desde alimentos até produtos duráveis e não duráveis, então a arrecadação está aumentando e portanto temos que deixar claro para todos que existe dinheiro nos cofres públicos. Não devemos deixar que esses governos tentem nos iludir com tais mentiras.

Todos nós e até mesmo os menos esclarecidos sabemos que quando os governos falam que o município, o estado e a união não têm dinheiro para investir em moradia popular, estão falando mentira. Para termos idéia de tanta mentira só no Estado de São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) tem um orçamento anual de mais de 800 milhões de reais para construção de moradia popular sendo que deste montante, 25% são destinados aos municípios para este mesmo fim. Se este dinheiro na sua totalidade não é investido na construção de moradia e conseqüentemente na geração de emprego, então para onde está indo? Após várias idas ao Palácio do Governo, Secretaria de Habitação e CDHU, o governo agendou reunião para o último dia 02 de julho. Foi atendido uma comissão de 8 pessoas depois de muita briga. O descaso foi total. Os representantes do governo se limitaram a informar que tudo já tinha sido acertado com o Prefeito da Cidade de Diadema em 01/07, dia anterior. Que fora assinado um protocolo de intenções de 850 moradias para Diadema, sendo 450 para área de risco e 400 para desfavelamento. Que não estava previsto uma unidade se quer para demanda de aluguel. Sobre o cadastramento e sorteio das 620 unidades em construção no município, foi nos informado que não se tinha previsão para tais procedimentos, simplesmente anunciaram a nova data de entrega da obra de agosto de 2003 passando para fevereiro de 2004, sem com tudo descartar a possibilidade de já ter sido acertado com o prefeito a demanda para estes apartamentos.

O Movimento já decidiu em Assembléia que tanto o prefeito como o governador ira ter o troco, mais o povo ira conquistar as moradias. A posição do prefeito José de Filipe-PT e de que em Diadema não há lugar para mais nenhum pobre morar. Reservou 1% do orçamento para moradia (urbanização de favelas). As obras de Urbanização de favelas tem como objetivo os pleitos eleitorais. A posição do Prefeito e do Governo é uma posição fascista. Nos anos eleitorais somos considerados todos iguais, pois o voto do rico e do pobre morador de aluguel ou não tem o mesmo valor. Neste momento há solução para todos os problemas da classe trabalhadora e as promessas são tantas que após o pleito eleitoral são todas esquecidas e os trabalhadores a mercê de seus problemas. Sabemos que tudo isso não passa de uma grande enganação e cada vez mais estamos sendo excluídos da sociedade, pois estamos ficando sem emprego, moradia, alimentação para nossos filhos, saúde e educação, ou seja, sem as condições básicas de sobrevivência. Por conta disso, os trabalhadores em geral estão ficando de cabeça baixa, sem dignidade e sem esperança de uma melhora em curto prazo.

É neste momento que devemos refletir. Será que devemos esperar a próxima eleição e mais promessas? Sabemos que qualquer governo que venha a se eleger ano após ano não vai resolver o problema da classe trabalhadora. Devemos nos unir e lutarmos pelos nossos direitos sempre na perspectiva de construção de uma sociedade justa, igualitária e sem classes sociais. Se soubermos nos organizar com certeza conseguiremos tudo o que queremos, pois temos força e vontade para isso.

Venha fazer conosco o curso de formação política marxista. Venha debater sobre o que acontece com você e com os demais trabalhadores.

O sindicato dos químicos tem dado uma demonstração de não ter compromisso com a categoria. Uma prova disso é que fizeram uma assembléia na porta da empresa Karina com a participação de mais ou menos 90 % dos funcionários. Esta assembléia tinha por objetivo aprovar uma pauta de reivindicações. A direção do sindicato já se comprometeu por várias vezes de voltar na porta da empresa para dar informe aos funcionários e não cumpriu, pois ficam só de conchavos com os patrões, não dando prioridade a luta de classe. O sindicato só surgiu devido a exploração da força de trabalho. Os trabalhadores percebendo que o produto de sua força de trabalho tinha um valor bem superior ao seu salário, começaram a se organizar e questionar seu patrão, porque o que eu ganho é tão pouco e o produto que eu produzo é tão caro e muitas vezes não posso consumir aquilo que produzo. Foi através destes questionamentos que surgiu o Sindicato. Com o passar do tempo, os patrões percebendo a força que tinha o Sindicato, começaram a copiar essas organizações e, ao mesmo tempo dando certas mordomias às direções sindicais, deixando assim, estes dirigentes politicamente comprometidos com a classe governante.

A empresa Coper faz parte do mesmo grupo da empresa Karina e produz os mesmos tipos de produtos, na qual tem um diretor do Sindicato que já está na diretoria por dois mandatos. A Diretoria do Sindicato para realizar uma assembléia na porta da empresa Coper tentaram obrigar os trabalhadores a participar desta, colocando um cadeado no portão. Como era de se esperar os dirigentes do Sindicato foram desmoralizados pelos trabalhadores que passaram por cima dos burocratas, sindicalistas pelegos e traidores, o que fizeram com que a assembléia não acontecesse.

Está sendo negociado entre Sindicato, Prefeitura de Diadema e o grupo de empresas Coper Karina e Dogal, objetivando a unificação das três empresas em um só local e em Diadema. Os empresários estão fazendo chantagem, dizendo que se o Sindicato e Prefeitura não aceitarem as condições imposta pelo grupo de empresas e não aconteça a fusão, estas vão se mudar para o interior do estado e os trabalhadores irão ficar desempregados. Este é o velho ditado! Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. O nome deste bicho chama-se sociedade capitalista. Camaradas, já está provado e comprovado de que na relação capital e trabalho não tem conciliação de classe. Hoje, o que fazem os sindicatos e governo é tentar conciliar as classes através de acordos miseráveis. O que está colocado para os trabalhadores do Brasil e do mundo é que: ou se organizem de forma consciente para alavancar a luta pelas reivindicações imediatas e propagandear entre as massas a necessidade de por abaixo o sistema capitalista através da revolução socialista rumo a implantação da ditadura do proletariado ou a barbárie se aprofundará, visto que a fome, miséria e violência vem aumentando a cada dia.

Foi assinado entre o Sindicato dos químicos do ABC e Fiesp (Sindicato dos patrões) um acordo a título de antecipação salarial um reajuste de 8%, sendo 4% a partir de 01 de junho, 2% a partir de 01 de julho e 2% a partir de 01 de agosto de 2003. Devemos lembrar aos trabalhadores que o nosso dissídio é em novembro e esta esmola será descontada na data base. Nossas perdas são muito maiores que 8%. Só neste ano de janeiro a abril, o custo de vida aumentou em média 30%. Nesse mesmo período, o arroz e o feijão aumentou 150%, sem contar com os aumentos das tarifas públicas.

Os trabalhadores químicos não devem só ficar esperando pelos dirigentes pelegos e traidores do Sindicato para que quando estes venham tentar força-los a arrancar dos patrões nossos diretos. Devemos também adentrar no sindicato e exigir reuniões e assembléias periódicas para discutir os problemas da categoria.

PRIMEIRA GREVE

Sindicatos afirmam que 45% dos 880 mil funcionários públicos federais pararam trabalho contra reforma da Previdência

Até 40% dos servidores aderem à greve, diz governo

Os servidores públicos federais iniciaram ontem a primeira greve do governo Luiz Inácio Lula da Silva dizendo ter paralisado 45% da categoria em todo o país.

Os números são da Cnesf (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) e são comemorados pelos grevistas. Pelos cálculos da Cnesf, seriam 395 mil servidores parados - a categoria tem cerca de 878,5 mil servidores.

O governo, ameaça punir os grevistas com corte no ponto. "Não é novidade nenhuma [que o governo puna os grevistas]. Quando a gente entra em greve, sabemos as regras do jogo", afirmou uma liderança do movimento.

Os servidores pedem a retirada imediata do Congresso da proposta de emenda constitucional que altera regras da Previdência Social. O governo não aceita.

Protestos

Como representante da categoria mais próxima dos deputados que analisam a reforma, o Sindilegis (servidores do Legislativo) decidiu paralisar as atividades na Casa no dia de votação da proposta na comissão especial do tema.

O atendimento em postos do INSS foi paralisado, segundo os organizadores, nos Estados de Alagoas (90%), Rio de Janeiro (100%), São Paulo (85%), Pernambuco (100%), Mato Grosso do Sul (80%) e Minas Gerais (8%). O principal serviço afetado foi a concessão de benefícios.

Segundo cálculos de Ramiro Lopes, da Fenajufe (servidores da Justiça federal, exceto juízes), a tramitação de cerca de 400 mil processos está prejudicada pela greve já deflagrada por 40% dos 70 mil trabalhadores da área.

De acordo com a Condsef (servidores federais), em 15 Estados já começou a greve por tempo indeterminado. Paralisaram suas atividades o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Receita Federal, a Funasa, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), o Banco Central e o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

Das 53 universidades federais, 30 teriam paralisado as atividades, o que representa 30 mil professores de braços cruzados.

A central sindical dos servidores públicos - entidade resultante do recente racha entre parte do funcionalismo e CUT - avalia que uma greve por tempo indeterminado perderá força muito rapidamente. A central defende paralisações-relâmpago e frequentes como forma de pressionar o governo.

"É preciso a união geral dos trabalhadores, inclusive com os trabalhadores da iniciativa privada (os metalúrgicos, químicos, plásticos, construção civil etc.) O governo afirma que a reforma não mexe com a peonsada e que a reforma é contra os privilégios e marajás. É mentira, pois o ponto principal da reforma é aumentar em 7 anos de idade para poder se aposentar e agora com a proposta do Tribunal Superior de Justiça eleva esta a idade mínima para 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres, atrelando aos 35 anos e 30 de contribuição e no caso dos funcionários públicos 25 e 20 anos no cargo.

O grande problema é que aprova os fundos de pensões privados, sendo que somente os profissionais e altos cargos públicos que ganham acima de R\$4.000,00 se aposentarão com as reduções de 35% da idade e com salário integral, uma vez que somente eles poderão pagar a complementação da aposentadoria. E os trabalhadores de baixa renda que não podem pagar pelos fundos de pensão? Morrerão antes de atingir a tal da aposentadoria. Então, esta reforma é mesmo uma reforma do imperialismo.

9 de julho, São Paulo comemora 71 anos da Revolução de 1932

A data representa um marco importante na história do Estado e do Brasil. O movimento exigiu que o país tivesse uma constituição e fosse mais democrático.

Uma das principais causas do conflito foi a ruptura da política do café com leite - alternância de poder entre as elites de Minas Gerais e São Paulo, que caracterizou a República velha (1889-1930). Alijada do poder, a classe dominante de São Paulo passou a exigir do governo federal maior participação.

Como resposta, Getúlio Vargas não apenas se negou a dividir poder com os paulistas como ameaçou reduzir seu poder dentro do próprio Estado de São Paulo, com a nomeação de um interventor não paulista para governar o Estado.

Vários jovens morreram na luta pela constituição. Entre eles, destacam-se quatro estudantes que representam a participação da juventude no conflito: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo, o célebre MMDC. O movimento marcou a vida de outros milhares de paulistanos e brasileiros.

Governistas X constitucionalistas

No dia 9 de julho, o Brasil assistiu ao início de seu maior conflito armado, e também a maior mobilização popular de sua história. Homens e mulheres - estudantes, políticos, industriais- participaram da revolta contra Getúlio e o governo provisório de São Paulo.

O desequilíbrio entre as forças governistas e constitucionalistas era grande. O governo federal tinha o poder militar e os rebeldes contavam apenas com a mobilização civil. As tropas paulistas lutaram praticamente sozinhas contra o resto do país. As armas e alimentos eram fornecidos pelo próprio Estado, que mais tarde conseguiu o apoio do Mato Grosso.

Cerca de 135 mil homens aderiram à luta, que durou três meses e deixou quase 900 soldados mortos no lado paulista - quase o dobro das perdas da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

Embora o movimento tenha nascido de reivindicações da elite paulista, ele teve ampla participação popular. Um dos motivos foi a utilização dos meios de comunicação de massa para mobilizar a população. Os jornais de São Paulo faziam campanha pela Revolução, assim como as emissoras de rádio, que atingiam audiência bem maior.

A Revolução de 1932 foi uma reação dos líderes paulistas à tomada do poder por Getúlio Vargas. Em 1930, Vargas perdeu a eleição presidencial para o paulista Júlio Prestes (PRP), mas liderou um movimento armado que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de Prestes.

No poder, Vargas fechou o Congresso e as Assembléias Legislativas e nomeou interventores estaduais. Em São Paulo, o chefe do governo provisório entregou o governo do Estado aos tenentes.

Aumentam então as críticas às arbitrariedades de Vargas, que governava sem amparo constitucional. Os sucessivos interventores de Vargas não conseguem conter a mobilização dos fazendeiros e das classes médias.

Em fevereiro de 1932, surge a Frente Única Paulista, cujos principais objetivos eram a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo. Vargas anuncia eleições em 3 de maio de 1933, mas não contém a radicalização.

No dia 23 de maio, a Frente Única Paulista realizou um comício na praça do Patriarca, exigindo uma nova Constituição. À noite, os manifestantes empastelaram jornais favoráveis ao governo e entraram em choque com militantes tenentistas. No conflito, quatro estudantes -Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo- morreram. As iniciais dos quatro nomes (MMDC) passaram a designar a principal sociedade civil de resistência ao governo central.

No dia 9 de julho, o movimento revolucionário ganhou as ruas, com o apoio dos generais Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo. O interventor Pedro de Toledo apoiou o movimento. Os revoltosos aguardavam a adesão de outros Estados, que não ocorreu, e tiveram de contar apenas com a Força Pública e as tropas do Exército no Estado. Isoladas, as forças rebeldes resistiram por três meses aos contingentes federais. Apesar da vitória, a pressão sobre Vargas aumentou. O presidente reativou a comissão encarregada de elaborar uma Constituição e confirmou as eleições em 1933.

Uma filial com 95% do grupo energético estatal Electricité de France (EDF), a Light, que conta 3,3 milhões de clientes no Estado do Rio de Janeiro, não consegue mais pagar as suas dívidas, e informa, num comunicado enviado à imprensa, que ela se considera "uma vítima da crise da energia no Brasil".

Enquanto prosseguiram as negociações com os seus bancos credores, a companhia não pôde honrar, na terça-feira (03/07), três duplicatas que venciam naquele dia, totalizando em dólares e em reais, o equivalente a 130 milhões de euros (cerca de R\$ 423 milhões), dos quais 50 milhões de euros (R\$ 162,72 milhões) em obrigações. Com isso, o capital não é mais reembolsado, enquanto apenas os juros o são.

A EDF instalou-se no Brasil em 1996, aproveitando-se da política de privatização, conduzida a toque de caixa pelo governo brasileiro, das redes públicas de distribuição de eletricidade, e contando com a ajuda decisiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na sua edição desta quarta-feira (02/07), num artigo intitulado "Crônica de um 'default' anunciado", o diário "O Globo" salienta o "erro estratégico" que foi cometido em 1998. Na época, o grupo estatal francês adquiriu por US\$ 875 milhões, emprestados no mercado internacional, 30,97% do capital da Eletropaulo Metropolitana, uma companhia de São Paulo que era controlada pelo grupo americano AES.

Alguns meses mais tarde, em fevereiro de 1999, o sistema de taxas de câmbio, praticamente fixo, entrou em vigor no Brasil, foi completamente pulverizado pelos ataques especulativos desfechados contra as moedas de vários países oprimidos, entre os quais o Brasil. Com isso, o empréstimo que havia sido levantado em dólares teve o seu valor aumentado de repente de 40% em razão da desvalorização brutal do real.

A asfixia financeira, que havia sido anunciada por um endividamento arriscado, agravou-se em 2001 quando o governo decretou um racionamento geral de seis meses. Este fora provocado por um déficit pluviométrico excepcional que vinha perturbando fortemente o funcionamento das usinas hidroelétricas, as quais fornecem mais de 90% da energia brasileira. As vendas de eletricidade da Light caíram naquele ano de 12%. Além disso, durante a mais recente campanha eleitoral para as eleições presidenciais, desencadeou uma nova queda do real. As contas da Light não conseguiram se recuperar de mais esse desfalque.

Um fundo de compensação

Em setembro de 2002, a EDF interveio para socorrer a sua filial que se encontrava numa situação calamitosa, injetando no seu caixa US\$ 203 milhões (cerca de R\$ 572,68 milhões no câmbio atual). Essa intervenção foi complementada, em fevereiro deste ano, por uma nova remessa de US\$ 111 milhões (R\$ 313,14 milhões). Segundo a "Gazeta Mercantil", um dos principais diários de economia do país, a EDF investiu até agora no total US\$ 2,7 bilhões (R\$ 7,62 bilhões) na sua filial brasileira, um valor que inclui a sua aquisição em leilão e a recente troca entre a Light e a AES das partes que cada companhia detinha no capital da outra.

Debilitada pelo serviço de uma dívida de cerca de US\$ 1,2 bilhão (R\$ 3,39 bilhões), dos quais 88% são vinculados a divisas fortes, a Light, que denuncia os enormes prejuízos imputáveis às conexões clandestinas - as quais representariam 14,6% da eletricidade fornecida -, acusou em 2002 um resultado líquido negativo de 400 milhões de euros (cerca de R\$ 1,3 bilhão) para um faturamento total de 1,2 bilhão de euros (R\$ 3,91 bilhões).

Na esteira da AES, que já enfrenta um atraso no reembolso de seus investimentos à altura de US\$ 1,13 bilhão (cerca de 3,19 bilhões), a Light está esperando - em parte - a sua salvação do fundo de compensação de 650 milhões de euros (R\$ 2,115 bilhões) que o BNDES deverá distribuir em breve entre as companhias de eletricidade que foram mais atingidas pelo racionamento de 2001.

Com as mudanças na política de energia elétrica, mais a polêmica sobre reajustes de tarifas e as previsões de que, se o País voltar a crescer 3% ao ano, em quatro anos se prevê haver novo apagão. Segundo analista a principal fonte do problema, que não está sendo encarada pelo governo, está no fato de o suprimento de Itaipu ter seu preço estabelecido em dólar. "Um dos maiores problemas que o Sistema Interligado Nacional enfrenta é justamente a compra compulsória, em dólar, da eletricidade de Itaipu." Uma situação que só deve se amenizar lá por 2023, uma vez que o acordo internacional de constituição da companhia estabeleceu que as distribuidoras brasileiras absorveriam toda a energia gerada até a liquidação total das dívidas de Itaipu. Como a compra de energia de Itaipu em dólar, estes custos acaba automaticamente repassado às tarifas dos consumidores finais. "A saída mais razoável, visto que a maior parte da dívida de Itaipu é com o Tesouro Nacional, seria buscar uma alternativa para desdolarizar a tarifa da binacional." e é claro manter os serviços energéticos longe das companhias privadas, bem como o controle da produção distribuição, tarifas e gastos sob as organizações dos trabalhadores.

Mais uma vez não correspondendo às expectativas de políticos e economistas, o mercado de trabalho piorou no mês passado para os desempregados. O índice de desemprego subiu para 6,4%, o valor mais elevado em nove anos, e a economia perdeu 30 mil empregos.

Perderam seus empregos 70 mil trabalhadores do setor rural. Ao todo, a economia perdeu 236 mil empregos neste ano.

As perdas de emprego atingiram quase todos os setores, mas os trabalhadores negros tiveram bem mais dificuldade de encontrar trabalho do que os brancos. Um número muito maior de gente começou a procurar emprego, mas o número de negros empregados diminuiu, enquanto que o de brancos cresceu. O índice de desemprego em maio foi de 6,1%.

Os dados jogaram a Casa Branca na defensiva. Os democratas afirmaram que o último pacote de redução de impostos, assinado pelo presidente Bush em 28 de maio, pouco contribuiu para o fortalecimento da economia.

A guerra contra o Iraque. O confisco do petróleo ainda não esta sendo suficiente para aquecer a economia Americana, vem mais guerra e mais saques, é só esperar. Ou não esperar e lutar contra os imperialistas e pelo fim do capitalismo decadente.

Venham para os cursos de Marxismo!

Novas turmas:

às quintas-feiras, às 19:00h e aos domingos, às 8:00h

Aconteceu no Movimento

- Em 21 de fevereiro de 2003: ida ao Governo de São Paulo para exigir a readmissão dos professores lutadores, demitidos a bem do serviço público, por causa da última greve da categoria de 2000.

Esta acontecendo

- Luta dos Trabalhadores de todo o Mundo contra a Guerra

Ira acontecer

**Escreva para o Jornal *O Proletário*
Caixa Postal n.º 140**

CEP 09910-970
Diadema, São Paulo

